

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2012:** _____

---Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e doze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelo Segundo Secretário da Mesa Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteadó Neiva,
Manuel Enes de Abreu,
Berta Filipa Gonçalves Viana,
António Maranhão Peixoto,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
Ana Mafalda Oliveira Carreira Mendanha e Silva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Georgete Maria Loureiro Viana da Cruz,
Miguel de Almeida Moreira,
José Salvador Pereira Torres Ribeiro,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Gorete Maria Coutinho da Costa Silva,
António Manuel Meira da Cruz Queirós
Maria Isabel Fernandes Dias,
Armando Luís Lopes Martins,
António Viana da Cruz,
Manuel Barros Lopes,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Vendeiro Catarino,
José Henrique Laranjeira Brito,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
Aurélio Mariz Neiva,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva.

---Sendo vinte e uma horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o

funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta, bem como dos senhores Vereadores:

António Benjamim da Costa Pereira,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Jaquelina Casado Afonso Areias,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale,
Hersília Manuela Sousa Neves Brás Marques e
Rui Manuel Martins Pereira.

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:
Zélia Susete Rosas Fernandes e
António Viana da Cruz.

---Não compareceu inicialmente:
Manuel Fernando Torres Arezes.

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas. ---

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Interveio Maranhão Peixoto, do Grupo Político do PSD, apresentando uma Proposta que se transcreve:

Proposta para que sejam renovadas as isenções ainda vigentes na A28/Auto-estrada Norte Litoral.

“Como sabemos aproxima-se o fim das isenções na A28. Segundo a legislação em vigor, a partir de 1 de Julho próximo as populações e empresas residentes passam a pagar na totalidade as viagens no ex-ICI, rebaptizado com portagens como A28/Auto-estrada Norte Litoral.

Não pretendemos equacionar aqui e agora as implicações económicas que as portagens trouxeram para o nosso município. São de todos conhecidos os prejuízos e consequências negativas no tecido empresarial, no comércio, na área residencial e nas populações.

Também não é hora de chorar sobre o leite derramado, mas reafirmando e mantendo a nossa contestação e o nosso protesto sobre a introdução de portagens, propomos a esta Assembleia Municipal que seja enviado ao ministro da Economia e do Emprego um pedido de renovação das isenções ainda vigentes. Não Vale a pena invocarmos as razões, pois, são mais do que conhecidas por todos os portugueses e, infelizmente, teimam quotidianamente em agravar-se.

Pensamos ser geral a opinião de que com a cessação desta discriminação positiva o impacto negativo ainda será maior nas empresas e nas populações.

Lamentamos ainda que não tenha sido feito um estudo pormenorizado, credível e actualizado sobre as implicações económicas provocadas pela introdução de portagens no ex-IC1. Certamente, a equipa governativa iria reconhecer de que a introdução de portagens traz mais perdas do que ganho e de que há alternativas a esta medida.”

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, apresentando uma Moção que se transcreve:

Moção em defesa da preservação e utilização para fins públicos da Estação Rádio Naval Almirante Ramos Pereira em Apúlia.

“1. Sob o título «Património do Estado (Ministério da Defesa) abandonado na Apúlia», questionou o Deputado Agostinho Lopes, do Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República, o Governo, durante a Xª Legislatura, através da Pergunta n.º 449/X/4ª, de 27 de Novembro de 2009.

2. Na resposta, de 4 de Janeiro de 2010, o então Ministro da Defesa Nacional informou “(...) que se encontram projectados, para a área da Estação Rádio Naval Almirante Ramos Pereira (Apúlia), sistemas de comunicações, comando e controlo da Marinha e a instalação do subsistema MF/Onda Média do “Global Maritime Distress Safety System” (Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo)”.

3. Volvidos mais de dois anos nada aconteceu, para lá do agravamento da degradação e vandalização do espaço e dos edifícios da mencionada Estação Rádio Naval.

4. Acreditando que se mantinham de pé os projectos de instalações e equipamentos referidos na anterior Resposta, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP solicitou ao actual Governo, no dia 01 de Março de 2012, que, por intermédio do Ministro da Defesa, fossem prestados os seguintes esclarecimentos:

i. Para quando o início das obras nas instalações e a montagem dos equipamentos referidos?

ii. Qual a programação prevista para as referidas obras?

5. Na sua Resposta, datada de 05 de Abril de 2012, o Ministro da Defesa Nacional informou que “no âmbito da Lei de Programação das Infraestruturas Militares, a Marinha apresentou, em Dezembro de 2011, a disponibilização, com vista à sua rentabilização, dos terrenos e imóveis que integram a ex-Estação Rádio Naval, Almirante Ramos Pereira, com excepção de um dos parques de antenas destinados à futura instalação do equipamento do “Sistema Global Maritime Distress Safety System” (Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo)” e, relativamente à implementação deste projecto, estão a ser desenvolvidas diligências para que o arranque ocorra no próximo ano, sendo o factor determinante para que tal aconteça a disponibilidade financeira”.

6. Ora, considerando que a Estação Rádio Naval Almirante Ramos Pereira constitui um património público de grande importância, atenta a sua história enquanto infraestrutura naval.

7. Considerando que se trata de um espaço com inegável valor identitário para a vila de Apúlia.

8. Considerando que não é inteiramente claro o sentido e alcance da intencionalidade do Governo quando preconiza a “disponibilidade da Estação Rádio Naval de Apúlia para a sua rentabilização”.

A Assembleia Municipal de Esposende, reunida, no dia 30 de Abril de 2012, em sessão ordinária, delibera:

- i. Manifestar, desde já, a sua veemente oposição à eventual alienação dos terrenos e edifícios da mencionada Estação Rádio Naval a privados e para servir interesses privados, porquanto se tal viesse a acontecer, estaríamos perante uma verdadeira espoliação feita à vila de Apúlia, aos Apulienses e ao concelho de Esposende;*
- ii. Empenhar-se, num quadro de disponibilização dos terrenos e edifícios da Estação Rádio Naval de Apúlia, na sua utilização para fins públicos, nomeadamente de interesse concelhio;*
- iii. Apelar à Câmara Municipal de Esposende que, num diálogo estreito com os órgãos da Freguesia de Apúlia (Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia), desencadeie, com brevidade, todas as diligências junto do Ministério da Defesa Nacional tendentes a impedir a alienação a privados e para fins privados da infraestrutura em apreço;*
- iv. Remeter a presente Moção à Assembleia e Junta de Freguesia de Apúlia, à Câmara Municipal de Esposende, à Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Ministério da Defesa Nacional, bem como divulgá-la junto dos Esposendenses, através do site do Município e, também, na comunicação social.”*

Continuando, apresentou uma Moção que se transcreve:

Moção contra a Reforma Administrativa, nomeadamente a extinção, fusão ou agregação de Freguesias.

“A Assembleia da República aprovou no dia 13 de Abril com votos favoráveis do PSD e CDS-PP a Proposta de Lei n.º 44/XII que aponta para a extinção de centenas de freguesias.

Esta legislação, a ser promulgada pelo Presidente da República, e a ser aplicada, representaria um grave atentado contra o Poder Local Democrático, os interesses das populações e o desenvolvimento local.

Dias antes, a 31 de Março, várias dezenas de milhares de pessoas percorreram a Avenida da Liberdade, em Lisboa, numa manifestação contra a referida Proposta de Lei. Gente oriunda dos quatro cantos do país, de onde destacamos a valiosa participação da população de Fão, Curvos e Rio Tinto.

Tratou-se de uma exaltante jornada de protesto, indignação e luta. Que bela demonstração da singularidade, identidade e riqueza sócio-cultural de Fão, Curvos e Rio Tinto, feita pelas gentes destas freguesias.

Gentes que mostraram ao Governo de coligação PSD/CDS-PP a sua indignação, o seu protesto e a exigência de interrupção do processo de reforma administrativa.

Considerando que esta manifestação constitui uma inapagável resposta das populações em defesa da sua identidade e raízes, uma poderosa expressão de afirmação dos seus direitos e identificação com as suas freguesias e respetivos órgãos autárquicos;

Considerando que qualquer reforma administrativa do território deveria, ao contrário da liquidação de centenas de freguesias, criar as condições e a afetação dos meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências das autarquias;

A Assembleia Municipal de Esposende, reunida em 30 de Abril de 2012, delibera:

- 1 – Saudar a vigorosa manifestação realizada a 31 de Março de 2012 contra a extinção, fusão e agregação de freguesias;*

- 2 – *Recusar ser cúmplice de liquidação de freguesias do nosso concelho;*
- 3– *Reivindicar do Presidente da República a não promulgação desta legislação em conformidade com as suas responsabilidades e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento, e em defesa da identidade local;*
- 4 – *Apelar à população, aos autarcas e aos trabalhadores das autarquias de todo o concelho de Esposende para a necessidade ampliação e continuidade da luta contra a extinção, fusão ou agregação de freguesias e em defesa do Poder Local Democrático – Verdadeira conquista do 25 de Abril.”*

Seguidamente, apresentou uma Moção que se transcreve:

Moção contra a continuação do pagamento de portagens na ex-SCUTS.

“O PS, o PSD e o CDS-PP, contra os interesses do país, contra as populações acabaram por introduzir portagens nas ex-SCUTS. Hoje, já ninguém tem dúvidas que tal medida aprofundou as injustiças, dificultando as já difíceis condições de vida de largas franjas da população e agravou, ainda mais, os indicadores socioeconómicos das regiões servidas por estas vias.

Na situação concreta da A28, a introdução de portagens originou uma subida do fluxo de trânsito na estrada nacional n.º 13 e, conseqüentemente, um aumento da sinistralidade rodoviária, bem assim, a degradação desta Estrada Nacional.

O nosso concelho, à semelhança dos demais concelhos desta faixa litoral norte, está a ser vítima desta medida verdadeiramente “terrorista” do ponto de vista económico e social.

Sofrem os comerciantes, sofrem os industriais, sofrem as famílias com impacto negativo da introdução de portagens.

E tudo se complicará ainda mais, quando, no próximo mês de Junho, o Governo acabar com as isenções atribuídas a residentes nas zonas atravessadas pelas vias em apreço.

Isenções que, afinal, não passaram de um “rebuçado” para calar as pessoas, para impedir os protestos e as lutas.

Porque a vida e a realidade vieram demonstrar, de forma cabal, que a introdução de portagens é contra os interesses do nosso país, colocando em causa o desenvolvimento económico das regiões e, conseqüentemente, dificultando a vida das populações, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária, no dia 30 de Abril de 2012, apela ao Governo que coloque termo às portagens.

E, enquanto vigorar a iniquidade do pagamento de portagens nas ex-SCUTS, apela à manutenção do sistema de isenções e descontos, de forma a serem minimizadas as profundas dificuldades económico/financeiras das pessoas e empresas.

Delibera, ainda, que esta moção seja enviada ao Governo, designadamente ao Ministério do Emprego, Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, bem assim divulga-la junto dos Esposendenses, através do site do Município e, também, na comunicação social.”

Interveio seguidamente Manuel Enes, do Grupo Político do PS, apresentando uma Recomendação que se transcreve:

Recomendação à Câmara Municipal para que diligencie no sentido de identificar os poços de água que se encontram perigosamente disfarçados em campos de cultivo abandonados.

“Realizou-se no passado dia 26 (quinta-feira passada) deste mesmo mês de Abril, um Conselho Municipal de Segurança, sendo então aí questionada a mesa, quanto aos assuntos discutidos em reunião anterior, concretamente a questão do perigo dos poços de água que se encontram perigosamente disfarçados em campos de cultivo abandonados, particularmente nas freguesias de Belinho, Mar e Apúlia mas não só, e que constituem por isso um risco imenso para as pessoas, particularmente caçadores. Percebendo-se então que pouco ou nada havia sido feito até ao momento, recomenda-se à Câmara Municipal que tão rápido quanto possível diligencie no sentido de estes poços serem devidamente identificados, por exemplo com o apoio das respectivas Juntas de freguesia, os seus proprietários sejam notificados para urgentemente os sinalizarem e protegerem, responsabilizando-os por falta de segurança nos mesmos.”

Continuando,

“Nos últimos anos em Portugal tem-se vivido uma realidade cada vez mais difícil, em que os jovens são dos mais afectados.

Não se compreende e muito menos se aceita que um país que se enquadra no contexto europeu, no dito mundo desenvolvido e moderno mostre uma triste realidade de desemprego que atinge 15% da população activa e que nas camadas jovens já atinge os 35%.

À juventude, ou seja, ao futuro de Portugal, deixam-se poucas perspectivas de entrar na vida activa e de encarar o futuro com o optimismo que deveria ter uma sociedade democrática que privilegie as questões humanas e sociais sem esquecer as económicas.

E foi neste ambiente político e neste clima social que na passada quarta-feira se comemorou mais um aniversário do 25 de Abril e daquela que ficou conhecida como a “Revolução dos cravos”.

Porém e passados que foram estes anos, jamais podemos esquecer que festejar Abril é sobretudo respeitar os valores dessa Revolução, por isso é que a Associação 25 de Abril não esteve presente na Assembleia da República, e Mário Soares também não.

Estão a destruir tudo o que foram conquistas de Abril, foi o comentário mais ouvido tanto dos discursos dos Partidos Políticos representados na Assembleia, como também nos comentários do mais simples cidadão de rua, isto, não somente por uma conjuntura económica financeira, mas sobretudo por uma questão ideológica, que com as desculpas de uma crise, os que mais sofrem com ela, são os que menos para ela contribuíram.

É por desilusão é por desespero que os nossos jovens emigram sem que tenhamos a garantia de um dia voltarem ao seu país, ao país que os viu nascer lhes proporcionou educação, porém, não lhes dá trabalho, não lhes dá esperança e os convida a emigrar.

É triste, aperta a alma quando perguntamos por alguém que bem conhecíamos, morava naquela casa, naquela rua, mas simplesmente não mora mais..., dizem-nos: já não mora aí, emigrou, estava desempregado e foi com toda a família à procura de trabalho para o estrangeiro.

Este país é Portugal, e esta realidade é a que também se passa no nosso concelho, onde os seus dois principais sectores empregadores, o têxtil e a construção civil, por serem dos mais afectados nesta crise, contribuíram e já foram muitos os jovens que abandonaram Esposende

*todos os meses à procura de trabalho na Europa e no Mundo.
E nós, os que temos responsabilidades políticas no conselho, o que é que nós temos feito por todos estes jovens, por todas estas pessoas?
A pergunta fica feita, mas que não fique esquecida.”*

Seguidamente e continuando a sua intervenção,

“Em 25 de Março, aquando da apresentação de cumprimentos no âmbito do programa de comemorações do 121º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Esposende, fomos todos surpreendidos, quando o senhor Presidente da Câmara afirmou que apesar dos boatos cumpriria o mandato até ao fim.

Isto, apesar de ter fortes indícios de que o concelho de Esposende poderá a estar a ser prejudicado pelo facto de o Presidente da Câmara se ter desvinculado, a título meramente pessoal, de militante do PSD.

Acrescentou ainda, que é Presidente da Câmara há 14 anos, e que se se confirmar que o bloqueio a audiências solicitadas e a processos em curso de grande importância para o desenvolvimento do concelho, poderá tomar a decisão de abandonar o cargo de Presidente da Câmara de Esposende antes do termo do mandato em 2013.

Senhor Presidente, nem lhe peço que abandone o cargo, ocupa-o com toda a legitimidade, porém peço-lhe que resolva essa questão porque o concelho é que não pode continuar (se é assim que pensa) a ser prejudicado por questões de militâncias partidárias.

E já agora, apenas lhe pedia mais que esclarecesse:

- De que audiências fala que ainda não foram atendidas?

- Que projectos importantes são esses para o desenvolvimento do concelho, que não foram despachados?”

Terminando a sua intervenção colocou ainda uma questão à senhora Vereadora da Educação.

“Já se fala nos mega-agrupamentos de Escolas no concelho, ora sendo a decisão da Câmara a de maior importância, ou pelo menos de grande importância para o encontro de uma decisão final, gostaria de ouvir a opinião da senhora Vereadora quanto a este assunto, nomeadamente:

- Quantos agrupamentos a constituir no concelho?

- Se mais do que um, quais e que Escolas a agregar?”

Interveio seguidamente Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, tendo apresentado um Voto de Pesar que se transcreve.

Voto de Pesar pelo falecimento do senhor José Fernandes Ribeiro, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Belinho e membro da Assembleia Municipal de Esposende.

“Tendo Falecido recentemente o senhor José Fernandes Ribeiro que durante muitos anos serviu como Presidente da Junta de Freguesia de Belinho e, por inerência, membro desta Assembleia Municipal, propomos, seja aprovado um voto de pesar e que se apresente sinceras condolências à excelentíssima família. Que desta deliberação seja dado formal conhecimento

à mesma.”

Seguidamente e continuando a sua intervenção,

“Passaram-se 38 anos da Revolução de Abril e, como sempre tem acontecido, aparecem, nesta efeméride os discursos mais inflamados e mesmo controversos quanto ao seu significado. É pena que assim seja. É lamentável que se aproveite este dia que marcou uma rotura com um regime para se continuar a discutir a quem pertence ou não a primazia da sua defesa e reconhecimento. Ainda há partidos e pessoas que ainda não entenderam – e passados 38 anos – que nesse dia foi restituído ao povo o direito de escolher e construir o seu futuro colectivo. Desde aí que se realizam eleições livres, democráticas, das quais saem governos mandatados pela população. É certo que para alguns só haveria direito a haver um tipo de governo e, para bem, nem eleições seriam necessárias. Enganem-se os que assim pensam pois a democracia é isso mesmo. Não nos esqueçamos que a Revolução de Abril foi feita por militares que estavam descontentes com a sua própria tutela, com o que se passava com as promoções e, sobretudo com os milicianos que não compreendiam as razões da guerra do ultramar. Como disse Sá Carneiro logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, este dia marcou para todos nós o fim da ditadura. Os heroicos militares prepararam e executaram a revolta, realizaram um acto de libertação de si mesmos; mas, com isso, conseguiram, também, que o povo se libertasse. Mas as coisas não correram como alguns militares e partidos políticos desejavam. Viram que o povo se consciencializou rapidamente e tal como escreveu José Régio no seu Cântico Negro quando alguns com olhos doces, estendendo os braços, e seguros, diziam “Vem por aqui”, o Povo, olhando-os com olhos lassos, cruzando os braços, dizia com energia “Não sei por onde vou,/Não sei para onde vou/Sei que vou por aí!”.

Caros colegas Deputados é por esta razão de o povo ao longo destes 38 anos ter sabido e ter escolhido livremente o seu caminho que, por vezes, e as últimas comemorações de Abril foram exemplo disso, assistimos a um coro de aziados que sendo mestres em Democracia teórica pouco demonstram sê-lo na prática. Poderíamos, sem medo, citar alguns nomes dos que continuam a pensar, tal como escreveu Régio, que “Quando eu nasci, / não houve nada de novo/ senão eu”.

Pessoas que continuam a afirmar que sem eles o povo anda à deriva e convencendo-se que são os únicos patriarcas da democracia portuguesa.

Foi uma pena quando ouvi palavras de um Capitão de Abril que, ressabiado, dizia em alta voz que “os eleitos já não representam a sociedade portuguesa” e que o local próprio para comemorar Abril é no Rossio e não no Parlamento um apelo natural à revolta e ao corte de relações entre o Poder democraticamente instituído e os seus eleitores. Que péssimo serviço à democracia que este senhor prestou. Gostaria de aqui lembrar um Homem de Abril. Um militar que sofreu e sentiu o pulsar da rua naquele radioso 25 de Abril. Deu-me a honra de ser seu amigo, partilhamos a mesma mesa de café, ouvi na primeira pessoa o que se passou naqueles momentos que, no meio de duas chaimites negociou a rendição das forças que ainda se aliavam ao regime. Testemunhou o que de bom se passou mas também os receios e as preocupações com o sentido da liberdade de alguns seus camaradas de revolução que só apareceram depois de tudo consumado e com a certeza de que tudo estava sereno. Confessou que temia que o poder fosse entregue a um novo poder totalitário e que não fosse dada oportunidade ao povo de escolher os seus governantes. Quase assim aconteceu mas, felizmente, o povo soube escolher o seu caminho e dizer como Régio que não queria ir por aí.

Esse militar com quem me sentei e que partilhou muitas das suas “estórias” de Abril, do antes e do depois, que recusou pertencer ao conselho de Revolução, e que aqui quero enaltecer foi o saudoso Major Salgueiro Maia.

Parafraseando Francisco Sá Carneiro quando falava num comício em 1975 “Hoje vivemos na sequência de uma revolução conseguida sem sangue, que nos abriu caminhos de liberdade. Para que os possamos percorrer é indispensável o respeito absoluto das liberdades públicas e dos direitos cívicos”. Ouvir de pessoas que tiveram responsabilidade militar e usufruem de regalias inerentes a esses cargos, figuras que ocuparam cargos de Presidentes da República, Primeiro Ministro, deputados e que até são Conselheiros de Estado a apelar ao desentendimento entre eleitos e eleitores, não é de todo cumprir Abril.”

Seguidamente interveio Berta Viana, do Grupo Político do CDS-PP, cuja intervenção será transcrita:

“Vem sendo hábito nestas sessões da Assembleia Municipal as diferentes forças políticas darem a sua visão do significado da efeméride do 25 de Abril.

Pela nossa parte, decidimos retomar essa tradição. Não por esse motivo, mas porque julgamos que vivemos um tempo histórico, um tempo novo, e isso obriga-nos a alguma reflexão sobre o percurso até aqui realizado.

Fala-vos alguém que com muito orgulho lidera uma bancada composta pelos chamados filhos da Revolução, pois é composta por deputados contemporâneos e nascidos após a “Revolução” de Abril.

Assim, para o bem e para o mal somos isentos ou pouco influenciados sobre a realidade até aí vivida pelo povo português.

Desenganam-se aqueles que pensam que vamos fazer um julgamento histórico sobre abril e sobre o caminho seguido até Abril.

Não o fazemos aqui, nem nunca o faríamos.

Dizemos antes, e desde já claramente e sem constrangimentos que o 25 de Abril foi, é e será sempre um acontecimento muito importante da história de Portugal. Um facto histórico inegável que permitiu um grande “salto” na vida e na sociedade portuguesa contudo, após uma série de processos como a descolonização, a adesão à União Europeia, à moeda única, fomos confrontados com a necessidade de recurso ao “resgate internacional da troika”. Fomos resgatados a uma passo do precipício, da bancarrota e estamos hoje a cumprir um programa de ajuda negociado pelo PS e apoiado pelo PSD e CDS.

O recurso ao resgate foi tardio ou melhor foi censurável e tardio o que implicou que Portugal praticamente se visse impedido de negociar o que quer que fosse.

Vemo-nos agora confrontados com um conjunto de medidas e políticas a implementar que estão a destruir completamente as famílias, as empresas e o estado social.

E quem nos atirou para esta situação e humilhou Portugal e os portugueses a esta situação vem agora reclamar o fim da austeridade.

Mas, meus amigos, os cofres estão vazios e o país está dependente da ajuda internacional e por isso não pode regatear muito. Primeiro tem que cumprir, enviar a imagem credível e estável e depois, sim, tentar desesperadamente renegociar o programa da troika.

Estamos, por tudo isto, numa situação muito pouco confortável e verdadeiramente humilhante para a nação mais antiga da Europa.

Assim, num registo muito pragmático dizemos, com o devido respeito, que cumprir Abril hoje, face à circunstância que vivemos, assume um significado diferente.

Antes de tudo, deve significar que tudo temos que fazer para que consigamos voltar a ser um país completamente independente. É certo que o caminho está a ser muito doloroso do ponto de vista económico e social, com especial destaque para o aumento brutal do número de desempregados e com a crise do chamado estado social.

Amigos não importa o que fomos, importa sim o que queremos voltar a ser. Por isso, aqui chegados somos todos, embora a diferentes níveis e em diferentes graus de responsabilidade, convocados para salvar Portugal.

Encontramo-nos numa encruzilhada internacional, também, muito difícil que vem fazendo com que sejamos afectados por fenómenos negativos macroeconómicos, contra os quais somos completamente impotentes e ineficazes, atenta a nossa exígua dimensão.

Só com um elevado sentido de pátria, coesão política e social muito fortes é que podemos voltar esta página negra da nossa história.

Para concluir, nesta véspera do dia do trabalhador, há que ter em conta que o país e os portugueses vivem a situação actual, também, porque, o trabalho, o esforço, o rigor e o investimento foram negligenciados, ou melhor, muito negligenciados, anos a fio por sucessivos governos irresponsáveis que incentivaram o consumo enfurecido e o endividamento compulsivo.

Foi o recurso ao crédito fácil a todos os níveis e este, meus amigos, foi o preço.

Quem não se lembra de ouvir dizer que Portugal era um país da Europa com mais telemóveis por habitante, em média 3 por pessoa. Enfim, triste realidade a nossa, “cheios de brinquedos mas com fome”.

Não me parece que haja outro caminho que não seja o do trabalho, do rigor e da responsabilidade.

Acreditamos que Portugal e o povo português irão conseguir novamente dobrar o Cabo das Tormentas, vencendo o Adamastor, escrevendo assim uma nova página na nossa história. Não haverá grandes facilidades e a solidariedade será a nossa maior arma contra a austeridade cega e contundente.

Só unidos, trabalhadores e empregadores, alunos e professores, pais e filhos, governos e governantes sairemos vitoriosos desta nossa actual e triste circunstância.

Acreditamos que o nobre povo, a nação valente e imortal vencerá e Portugal superará esta situação.

Todos juntos seremos poucos, por isso, dizemos que neste momento devemos unir-nos em volta deste objetivo comum.”

Interveio seguidamente Luís Peixoto, Presidente da Junta de Fão, e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Fão diz Não. Este é o “slogan” que o executivo da junta de freguesia da Vila de Fão decidiu utilizar para dar visibilidade ao movimento dos fangueiros contra a reorganização territorial que o actual governo deseja levar à prática.

Na sequência desta reforma, não é nossa intenção, ainda, neste momento, elencar as razões amealhadas em mais de mil anos de história que claramente justificariam a Não agregação da Vila de Fão.

No passado dia 31 de Março, deslocaram-se a Lisboa, para participar na Grande Manifestação de índole Cultural demonstrativa das Raízes e Tradições das Freguesias, organizada pela ANAFRE, apenas 3 das 15 freguesias do Concelho de Esposende.

Independentemente da mobilização que cada uma das três freguesias conseguiu, todas as três foram dignas representantes dos seus habitantes e das respectivas vontades de Não agregação e que esta Assembleia tem que levar em conta.

Fão levou a Lisboa setenta e dois fangueiros que se distribuíram por dois autocarros, portando consigo estandartes da Freguesia e das Associações Fangueiras. Esta amostra é bem representativa das vontades da população, pois apesar do esforço monetário e físico de todos os que dela fizeram parte, regressamos confiantes de que o esforço terá valido a pena.

Este esforço e esta movimentação terão que ser reconhecidos nesta Assembleia, quando a mesma for chamada a pronunciar-se tal como se enuncia na proposta de Lei n.º 44/XII sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.

O famigerado conceito de “lugar urbano”, que ninguém consegue claramente definir com exactidão, é uma das peças-chave desta reorganização territorial, sendo a outra a pronúncia das Assembleias Municipais quanto à necessidade de apresentarem uma solução regulada pelos critérios percentuais de agregações Rurais e Urbanas.

A Assembleia Municipal deve defender ao limite as freguesias que se demonstraram afincadamente contra qualquer tipo de agregação do seu território.

Tal como no conceito de #”lugar urbano” em que a Assembleia Municipal tem competência para redefinições, também no critério de “descontinuidade entre lugares” essa competência é real.

Zonas de Reserva Agrícola, de Reserva Ecológica e Rios são factores naturais, reais e evidentes que esta Assembleia não poderá ignorar como justificativos de descontinuidades Urbanas.

Na Vila de Fão criamos no âmbito da Assembleia de Freguesia uma comissão de trabalho para acompanhamento a esta questão. Corre já um abaixo-assinado que convida os subscritores a rejeitarem a reforma territorial tal como está prevista na proposta de Lei n.º 44/XII.

O executivo da junta de freguesia da Vila de Fão está empenhado, juntamente com a população, em criar estratégias claras que anulem qualquer indício gerador de agregação da freguesia.”

Interveio Presidente da Câmara referindo que, sobre a Moção da Estação Rádio Naval em Apúlia, apresentada pelo Deputado Manuel Carvoeiro, entende ser uma pena que a iniciativa não tenha incluído também o Forte S. João Baptista, porque é património que se encontra nas mesmas condições. Continuando, informou que no final do mês de Novembro participou numa reunião com o senhor Directo Geral de Infra-estruturas do Ministério da Defesa e onde solicitou que o município fosse privilegiado numa possível cedência ou alienação daquele património e que o que ficou acordado nessa reunião que iria ser efectuada uma avaliação dos dois imóveis e, logo que houvesse essa avaliação, seria a mesma remetida à Câmara Municipal e promovida uma nova reunião para promover uma tentativa de acordo sobre uma possível alienação ou concessão. Informou ainda que já esteve presente em Esposende um técnico enviado pelo Ministério da Defesa para fazer a avaliação dos imóveis, pelo que, entende, que a muito curto prazo será promovida nova reunião.

---Sendo vinte e duas horas, por proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal, foram os trabalhos interrompidos, tendo sido retomados pelas vinte e duas horas e dez minutos altura em que se verificava a presença dos membros que estavam presentes antes da interrupção dos trabalhos. -----

Colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, iniciando-se às mesmas pelo voto de pesar apresentado, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, ANTIGO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELINHO E MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, ANTIGO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELINHO E MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

2 – PROPOSTA PARA QUE SEJAM RENOVADAS AS ISENÇÕES AINDA VIGENTES NA A28/AUTO-ESTRADA NORTE LITORAL. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, REMETER AO SENHOR MINISTRO DA ECONOMIA E DO EMPREGO, UM PEDIDO PARA QUE SEJAM RENOVADAS AS ISENÇÕES AINDA VIGENTES NA A28/AUTO-ESTRADA NORTE LITORAL. -----

3 – MOÇÃO EM DEFESA DA PRESERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO PARA FINS PÚBLICOS DA ESTAÇÃO RÁDIO NAVAL ALMIRANTE RAMOS PEREIRA EM APÚLIA. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram a favor o deputado do Grupo Político da CDU e os 6 deputados do Grupo Político do PS num total de 7. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP e votaram contra os 20 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados Independentes, num total de 23. -----

Foi proferida, pelo Grupo Político do PSD, a seguinte declaração de voto:

“O Grupo Político do PSD vota contra porque mais uma vez a CDU não fez questão de saber,

junto do Executivo os procedimentos que estão a ser feitos.”

4 – MOÇÃO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA, NOMEADAMENTE A EXTINÇÃO, FUSÃO OU AGREGAÇÃO DE FREGUESIAS. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram a favor o deputado do Grupo Político da CDU e os 6 deputados do Grupo Político do PS num total de 7. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP e votaram contra os 20 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados Independentes, num total de 23. -----

5 – MOÇÃO CONTRA A CONTINUAÇÃO DO PAGAMENTO DE PORTAGENS NA EX-SCUTS. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram a favor o deputado do Grupo Político da CDU e os 6 deputados do Grupo Político do PS num total de 7. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP e os 3 deputados Independentes num total de 6. Votaram contra os 20 deputados do Grupo Político do PSD. -----

Foi proferida, pelo Grupo Político do PSD, a seguinte declaração de voto:

“O Grupo Político do PSD vota contra porque a CDU não está, nesta matéria, com seriedade porque depois de ver aprovada uma proposta do PSD sobre a mesma matéria não teve decência política para deixar cair a sua Moção.”

Grupo Político Independentes:

“Votamos contra porque este assunto tem sido votado repetidamente e a posição da Assembleia Municipal sobre a matéria é a mesma.”

6 – RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE DILIGENCIE NO SENTIDO DE IDENTIFICAR OS POÇOS DE ÁGUA QUE SE ENCONTRAM PERIGOSAMENTE DISFARÇADOS EM CAMPOS DE CULTIVO ABANDONADOS.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram a favor os 6 deputados do Grupo Político do PS e o deputado do Grupo Político da

CDU e num total de 7. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP e os 3 deputados Independentes num total de 6. Votaram contra os 20 deputados do Grupo Político do PSD. -----

Foram proferidas as seguintes declarações de voto:

Grupo Político do PSD:

“O Grupo Político do PSD vota contra, não por estar em desacordo com o seu teor, mas sim porque a Câmara Municipal já está a geo-referenciar todos os poços e minas e a tratar do assunto.”

Grupo Político da CDU:

“O Grupo Político da CDU votou a favor porque já no mandato anterior sinalizamos o assunto, apresentando propostas e por duas vezes foi o assunto chumbado.”

Grupo Político do PS:

“O Grupo Político do PS apresentou a recomendação e votou a favor porque consideramos que pouco tinha sido feito sobre esta matéria e porque se trata de um efectivo problema e pelo perigo que representa.”

Pelas vinte e duas horas e vinte minutos apresentou-se na sessão o senhor 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, tendo sido justificada, até ao momento, a sua ausência.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo dito que se encontrava disponível para esclarecer sobre eventuais assuntos que possam ser colocados pelos senhores deputados. Seguidamente e respondendo às questões colocadas pelos senhores deputados, nomeadamente pelo senhor Deputado Manuel Enes, referiu que todas as audiências que foram solicitadas ao governo foram concedidas e não há nenhum projecto do município que esteja bloqueado, a relação com o governo é boa.

Sobre a questão dos poços informou que, tal como já havia sido referido e explicado, a Autarquia está a efectuar um levantamento e a geo-referenciar de todos os poços.

Continuando, referiu que sobre a questão colocada sobre os agrupamentos de escolas, e como não há opiniões pessoais no executivo, disse que foi apresentada pela DREN na semana passada as propostas de agregação de agrupamentos e que se encontra agendada para a próxima quarta-feira uma reunião com as actuais direcções dos agrupamentos para discussão das propostas e apresentar junto da DREN uma proposta conjunta e consensual sobre o futuro dos agrupamentos.

Usou da palavra o senhor Deputado Manuel Carvoeiro questionando o senhor Presidente se anteriormente à reunião com a DREN foi feita pala Câmara Municipal alguma proposta aquela entidade.

Usou novamente da palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo que não houve qualquer

proposta prévia por parte da Autarquia.

Seguidamente o senhor Deputado Manuel Carvoeiro questionou o senhor Presidente da Câmara sobre qual a razão da CDU ter sido discriminada, uma vez que, sobre a reforma da Administração Local, o senhor Presidente da Câmara reuniu com os partidos políticos deixando de fora o Partido Comunista e é, em seu entender, uma atitude discriminatória.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara informando que a afirmação do senhor Deputado Manuel Carvoeiro não corresponde à verdade porque, de facto, o que aconteceu foi a troca de algumas impressões, a título pessoal, porque na actual proposta de Lei a intervenção da Câmara Municipal é de facto mais participativa e porque haverá responsabilidade por parte do Presidente da Câmara sobre esta matéria, o que de facto aconteceu foi uma troca de impressões com os senhores Vereadores dos partidos políticos representados na Câmara Municipal.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

Pelas vinte e duas horas e trinta minutos, e por motivos de saúde, ausentou-se da sessão o senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo ficado a conduzir os trabalhos o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal.

03.02 – ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte de Dezembro de 2011 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Verificaram-se as abstenções da senhora deputada Gorete Silva e do senhor Jorge Filipe, Presidente da Junta de Palmeira de Faro por, conforme declararam, não terem estado presentes.

03.03 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2012 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e sete de Fevereiro de 2012 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A ACTA DA SESSÃO REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2012.

Verificaram-se as abstenções das senhoras deputadas Ana Mafalda e Maria Isabel Dias por, conforme declararam, não terem estado presentes. -----

03.04 – RELATÓRIO SOBRE A PETIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO ESCOLAR NA VILA DE APÚLIA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente na sessão deste órgão, o relatório relativo à audição dos interessados sobre a Petição para a construção de um Centro Escolar na Vila de Apúlia, apresentado pelo relator nomeado pela Comissão Permanente, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal explicando o procedimento que foi efectuado relativamente ao relatório agora apresentado.

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Na última campanha eleitoral autárquica, o senhor Presidente da Câmara prometeu ao povo de Apúlia várias obras, nomeadamente, a construção de um Centro Escolar.

Disse, então que esta era uma obra prioritária.

João Cepa sabia muito bem que a construção do Centro Escolar era, é, um anseio da comunidade educativa apuliense.

Contudo, a Câmara Municipal não deu, ainda, sinais concretos que demonstrem uma inequívoca intencionalidade de construir o centro escolar de Apúlia, pelo contrário.

Feita a análise do Relatório elaborado pelo senhor Deputado Arezes sobre a Petição para a construção do centro escolar em referência, excepcionando a posição da Câmara Municipal, não se colhe da audição dos demais interlocutores, qualquer posição de discordância quanto à construção do referido centro.

Ademais, a Câmara apresenta uma argumentação que, em circunstâncias idênticas, desde logo, no processo atinente à construção do Centro Escolar de Forjães, não utilizou.

Por isso, importa uma convergência de esforços de todos os actores implicados neste processo, de forma a “levar a bom porto” a construção do Centro Escolar de Apúlia e, mesmo o Centro Escolar de Marinhas.

Se a Câmara não mobilizar energias e vontades neste sentido, estará a desrespeitar o princípio da equidade que deve constituir, sempre, um farol orientador da sua acção no relacionamento com as freguesias e suas gentes, estará a frustrar legítimas expectativas das respectivas comunidades educativas, expectativas criadas, em grande medida, pelo senhor

Presidente da Câmara.

Poderá aduzir todas as dificuldades da crise, mas como bem está explicitado na fundamentação desta Petição, as crianças de Apúlia à semelhança das crianças de Esposende, das crianças de Forjães e das crianças de Fão, merecem um Centro Escolar e estou em crer que poderá não ser o senhor Presidente da Câmara a realiza-lo mas alguém vai ter que o fazer e esta é uma luta que nós vamos ganhar.”

Seguidamente informou que irá apresentar na Mesa um requerimento sobre a matéria abordada na Petição.

Usou da palavra Ana Morgado, do Grupo Político do PS, tendo referido que uma vez que o assunto estava para conhecimento mas que estava a ser abordado por outros deputados, gostaria de sublinhar e saudar a população de Apúlia pela sua posição, interesse e empenho sobre o assunto em questão.

Seguidamente uso da palavra Berta Viana, do Grupo Político do CDS-PP, referindo que o assunto estava agendado para conhecimento e que fora tratado no âmbito da Comissão Permanente. Disse ainda julgar que a Autarquia ainda não tomou qualquer posição definitiva sobre o assunto e que unicamente fez uma análise sobre o assunto. Continuando, referiu que a Assembleia Municipal não é o Órgão competente para decidir sobre a construção ou não do referido Centro Escolar. Disse também que o CDS-PP vê com bons olhos a construção do Centro Escolar em Apúlia e que a Câmara Municipal poderá contar com o apoio do CDS-PP para realizar a obra.

Usou da palavra Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, referindo que se comove com alguns elementos da Assembleia Municipal quando estes querem brilhar e fazer “show off”. Continuando referiu que, perante o que anteriormente foi dito sobre o assunto, entende que talvez as diferente forças políticas não tenha recebido o mesmo relatório. Referiu ainda que no referido documento o relator prestou informação das audiências realizadas e registou a posição da Autarquia que, como sabemos, afirma ser um problema difícil, até porque o Ministério da Educação está a rever as suas políticas e, no caso em concreto, implicará o encerramento de escolas de outras freguesias e que os senhores Presidentes dessas freguesias estão literalmente contra o encerramento dessas escolas. Referiu ainda que ninguém está contra a construção do Centro Escolar de Apúlia, mas que as actuais condições colocam a Câmara Municipal numa situação muito complicada e, entende que, se a situação se alterar será a Autarquia a primeira a lutar pela construção do referido centro escolar.

Seguidamente usou da palavra Manuel Enes, do Grupo Político do PS, dizendo que era seu entendimento que o assunto não seria para discussão mas antes para conhecimento. Disse ainda que perante a situação actual entendeu intervir. Referiu seguidamente que a discussão na Comissão Permanente foi condicionada pelo email enviado pela DREN onde era dado conta da necessidade de encerramento de escolas de outras freguesias. Disse ainda que sobre um outro abaixo-assinado o mesmo não foi tratado na Comissão Permanente porque esse documento foi remetido à Câmara Municipal. Disse também que esteve presente nas audições e que na intervenção do senhor Director da DREN nunca este condicionou a construção do Centro Escolar de Apúlia ao encerramento de escolas de outras freguesias. Terminando disse que se

está a discutir um problema que diz respeito à Câmara Municipal, mas que também é verdade que não há dinheiro para tudo e que haverá a necessidade de optar, mas que sendo uma decisão da Autarquia a mesma responderá pelas opções que tomar sobre esta matéria.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara referindo que sobre o assunto não iria fazer nenhum comício e que entende haver demasiada gente a brincar com um assunto que em sua opinião é demasiado sério para ser tratado da uma forma como tem sido tratado. Continuando, disse que foi referido que enquanto candidato à Câmara assumiu um compromisso com a população de Apúlia de construir um Centro Escolar e que não o poderia negar mas que foi uma promessa e que a mesma constava de um conjunto de intenções para 4 anos do seu programa eleitoral. Disse ainda que teve pena que não tenha tido oportunidade e tempo para na campanha eleitoral explicar o assunto porque perdeu o seu tempo a explicar e a tentar desmontar uma mentira vergonhosa sobre um hipotético esgoto que viria da Póvoa de Varzim. Continuando referiu que sobre o processo da construção do Centro Escolar e porque gosta de tratar os assuntos com seriedade, disse que a Câmara Municipal promoveu, no final do ano de 2011, uma reunião e que para a qual convidou as Associações de Pais da freguesia, a Direcção do Agrupamento e a Junta de Freguesia de Apúlia para que, de uma forma séria, fosse discutida qual seria a melhor solução para a freguesia relativamente aos equipamentos educativos e para que a Câmara pudesse transmitir a estes agentes educativos, as condições necessárias para iniciar o processo para a construção do referido centro escolar. Disse ainda que foram apresentadas as condições para que a Autarquia avançar com o processo e que uma delas seria o compromisso imediato das Associações de Pais que depois de construído o Centro Escolar ninguém se iria opor ao encerramento dos equipamentos educativos existentes. Referiu que outra das condições e após a construção do centro e encerramento das escolas, a Câmara Municipal só garantiria transporte escolar aos alunos de acordo com o que está previsto na Lei, nomeadamente aqueles que se encontram a mais de 4 km do centro escolar. Disse ainda que a crise actual e tendo em conta que a Autarquia, em algumas das suas receitas verificou uma diminuição de cerca de 70% e que a situação entretanto evoluiu pelo que teria que haver, por parte da Junta de Freguesia de Apúlia, um compromisso que, não havendo condições económicas, aquele seria o único grande investimento no mandato. Disse ainda que após a reunião, que demorou várias horas, ficou convencido que os intervenientes teriam entendido a situação e as condições para a construção do centro escolar, nomeadamente as etapas necessárias para avançar com o processo, referindo-se também há necessidade de se conseguir financiamento uma vez que a Autarquia não tinha condições para realizar tão grande investimento.

Seguidamente referiu que ficou admirado pelo facto de ter sido remetido à Assembleia Municipal uma Petição para a construção do centro e que tal facto teve origem num aconselhamento político. Terminou dizendo que ninguém poderá afirmar que o Presidente da Câmara disse que não faria o Centro Escolar de Apúlia e que a Autarquia, ao contrário do que fora referido, nunca deu sinais que não era sua intenção a construção do centro.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.05 – CÂMARA MUNICIPAL – PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS – PARA CONHECIMENTO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de Abril de 2012, foi presente na sessão o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.06 – PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, A VALIMAR COMURB E A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 22 de Março de 2012, foi presente na sessão Protocolo a celebrar entre o Município de Esposende, a Valimar ComUrb e a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. Fica arquivada cópia da referida documentação junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, AUTORIZAR A OUTORGA DO PROTOCOLO EM CAUSA. -----

03.07 – AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE POLÍGONO DE INTERVENÇÃO DA POLIS – APOIO DE PRAIA E ENVOLVENTES – PRAIA DE CEPÃES – FREGUESIA DE MARINHAS – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de Abril de 2012, foi presente na sessão proposta de afectação ao Domínio Público Municipal de polígono de intervenção da Polis, melhor identificado no processo anexo e que fica arquivado cópia junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, AFECTAR AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL O POLÍGONO COM A ÁREA DE 934 M2, SITO NA FREGUESIA DE MARINHAS E MELHOR IDENTIFICADO NO PROCESSO ANEXO ÀQUELA PROPOSTA. -----

03.08 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 01 de Março de 2012, solicita à Assembleia Municipal que aprove a alteração ao

Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública. Fica arquivada cópia do mesma junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA, BEM COMO ORDENAR A SUA PUBLICIDADE PARA EFEITOS DE EFICÁCIA DO MESMO. -----

03.09 – RELATÓRIO DE GESTÃO, RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E O RELATÓRIO DE GESTÃO DO SIGQA, REFERENTES AO ANO DE 2011 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 23 de Abril de 2012, solicita à Assembleia Municipal que aprove o Relatório de Gestão, Relatório de Actividades, Documentos de Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do SIGQA, referentes ao ano de 2011. É ainda proposto que, para cumprimento do estabelecido no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54 –A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL – aprove o Resultado Líquido do Exercício, pelo valor positivo de 698.699,31€ (Seiscentos e noventa e oito mil seiscientos e noventa e nove euros e trinta e um cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas Legais. € 34.934,97 (5%)
- Reserva Livres. € 663.764,34 (95%)

Fica arquivada cópia do mesma junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra Manuel Enes, do Grupo Político do PS, e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Todos nós estávamos expectantes, muito expectantes, quanto ao Relatório de Gestão referente ao ano de 2011 que agora nos é apresentado, isto devido, aos tantos elogios que procuraram justificar o Voto de Louvor apresentado pelo PSD, na última Assembleia Municipal, bem como a outras referências para resultados surpreendentes, por algumas vezes proferidas pelo senhor Presidente da Câmara.

Pensávamos nós que os eleitos do PSD, até dispunham de outros elementos, concretamente de resultados que os restantes deputados desta Assembleia não conheciam, isto, tal a convicção e a eloquência das palavras proferidas no então Voto de Louvor.

Mas afinal, é a desilusão. Melhor seria que existissem realmente resultados surpreendentes, que efectivamente a Câmara, o Município, terminasse o ano de 2011 e transitasse para 2012 sem dívidas a fornecedores e ou empreiteiros.

Mas não, não é verdade e basta consultar a tabela 6 – Dívidas a Terceiros do Revisor Oficial de Contas para concluir que em 31 de Dezembro de 2011, a Câmara tinha efectivamente 4 milhões e 34 mil euros na rubrica de – Dívidas a terceiros de curto prazo.

Mais ainda, se porventura a Câmara quisesse, que não quer porque não pode, pagar esta verba de imediato, apenas o podia fazer em cerca de 34% dessa dívida, uma vez que essa era a

sua liquidez imediata naquela data.

A realidade era essa mesma, em 31 de Dezembro de 2011, a Câmara apenas tinha 34% de disponibilidades para pagar de imediato a dívida de curto prazo, que repito era de cerca de 4 milhões de euros.

Curioso também é o facto de o Revisor Oficial de Contas ao emitir o seu parecer, pôr em Reserva a passo a citar: “ que não foi possível desenvolver os procedimentos de auditoria necessários de forma fundamentada e que permitissem formar opinião sobre os valores dos “Bens de Domínio Público” e “Imobilizações Corpóreas” dada a dimensão, multiplicidade e antiguidade desses bens.”

Mais adiante e em “ênfase” o ROC acrescenta que “o Município não elaborou as “demonstrações financeiras consolidadas”, como estava obrigado por Lei. Repito, obrigado por Lei.

Porém, propõe para aprovação.

Enfim, o que se conclui é que após uma análise do referido documento no seu todo, tudo mais não passa de uma engenharia financeira ao que assistimos nesse ano de 2011, onde a Esposende Ambiente compra por 2 milhões e 500 mil euros dois edifícios, concretamente a sua sede e o Centro de Educação Ambiental à Câmara Municipal.

Esta recebe o dinheiro, não faz escritura de venda, contabiliza a dívida e depois desta engenharia o que tirou de um lado e o que foi colocado no outro, só poderia ter resultado em nada.

É isso mesmo, nada acontece simplesmente.

A Câmara diminui as dívidas em relação ao ano anterior em cerca de 1 milhão e 347 mil euros.

A Esposende Ambiente aumentou as dívidas em relação ao ano anterior em 1 milhões 156 mil euros.

O Município diminui o volume da dívida em apenas 191 mil euros nos anos de 2011/2010, isto, apesar de ter alienado dois imóveis, ficar mais pobre no seu imobilizado e a Esposende Ambiente com mais dívida que não tinha até aí, para ficar com dois edifícios que já faziam parte do património do Município.

Convém ainda recordar que toda esta operação nos foi apresentada como uma operação com vista à possibilidade de a Esposende Ambiente poder concorrer a fundos Comunitários, facto que afinal não descortinamos em lado nenhum.

Disseram-nos também que as receitas da Câmara, provenientes de impostos, havia caído em cerca de 50% e todos acreditamos, contudo, lendo agora estes documentos é verdade que caíram, mas caíram 24% e não os 50% como muitas vezes divulgaram e que havia de servir como desculpa para muita coisa.

Mas nada a que já não estivéssemos habituados.

Alias, como habituados estamos é que todos os anos a dívida do Município aumente, e tanto que começa agora a ser preocupante quando constatamos que em apenas 2 anos o total da Dívida aumentou em mais cerca de 4 milhões de euros, o que para um Município como Esposende, em conjuntura de quebra acentuada de receitas, começa a ser alarmante, perigoso até diria.

Pelo que acima expomos o Partido Socialista vota contra este Relatório de Gestão referente ao ano de 2011, e até manifesta incompreensão pelo facto de o Revisor Oficial de Contas, propor a provação destas contas, mesmo colocando em ênfase o não cumprimento da Lei por parte do Município, pela não apresentação das “Demonstrações financeiras consolidadas”.”

Seguidamente usou da palavra, Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Atentas as contas de 2011, ressalta, como aspecto relevante a diminuição da despesa global, relativamente a 2010, de cerca de 842.742,35€.

Numa análise mais focada, colhe-se uma diminuição da taxa de execução que passa dos 92% em 2010 para os 73% em 2011.

O presente relatório de gestão referente ao ano de 2011, permite confirmar a existência de um orçamento assente, no fundamental, no esforço, cada vez mais exigente, que pende sobre os municípios do nosso concelho, e nas rubricas de indefinida realização.

Resulta, pois, uma diminuição do peso relativo das transferências do Orçamento de Estado, na razão inversa da importância dos impostos directos que assumem o papel fundamental no capítulo das receitas.

Ora, num quadro de clara recessão económica, onde se tornarão cada vez mais incertas as arrecadações de impostos directos e, principalmente, indirectos, somada à inexorável dificuldade quanto à captação de fundos estruturais não pode deixar de constituir uma preocupação quanto ao futuro, porquanto o futuro não se apresenta nada risonho, também para o nosso concelho.

Não negando o esforço do Executivo na contenção de despesas, esta contenção só por si, nada nos diz. Importa que a mesma seja criteriosa, eficaz e eficiente. Neste sentido, não vislumbro que se continue a gastar tanto dinheiro em assessorias jurídicas quando a Câmara tem uma divisão de serviços jurídicos.

Não se entendeu, muito bem, independentemente da pessoa (s) contratada (s) para o efeito, contra a (s) qual (s) nada me move, que se continue a gastar tanto dinheiro em assessorias de imprensa. Sei que este serviço é fundamental, contudo, num quadro de dificuldades económico-financeiras é possível reduzir esta despesa. Estes são alguns exemplos de áreas em que é, ainda possível cortar, transferindo, esse dinheiro para o reforço de áreas como a educação.”

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara referindo que, de facto, e perante o que acabou de ouvir, não tem dúvidas que a gestão do Município foi de facto extraordinária. Referindo-se à intervenção do Deputado Manuel Enes, referiu que se tratou de uma intervenção onde se verificou uma concentração extraordinária de erros técnicos. Disse ainda que gostaria que o senhor Deputado o questionasse sobre os referidos 4 milhões de dívida, mas, porque as intervenções são feitas em casa, não é possível estar a alterar porque depois as coisas se complicariam. Disse ainda que, se de facto tivesse questionado a razão de tal valor, teria sido esclarecido e teria verificado que a Autarquia transitou efectivamente de ano sem dívidas de curto prazo. Disse também que nunca referiu uma quebra de receitas de 50% no ano actual mas sim nos últimos 3 anos. Continuando e sobre a questão do ROC, disse que o caso das contas não serem consolidadas se prende com o facto de contas consolidadas serem, de uma forma muito simplista, as contas da Câmara Municipal e das empresas municipais e que, tal como foi explicado no ano anterior, tecnicamente não é possível apresentar as contas consolidadas na sessão de Abril e que essas contas serão apresentadas na sessão de Junho.

Seguidamente e sobre a intervenção do Deputado Manuel Carvoeiro, referiu que este teve que

puxar pela imaginação para encontrar qualquer coisa para criticar o Executivo. Disse que seria interessante é que tivesse vindo falar do número de chefias na Câmara de Esposende que, ao contrário das Câmaras comunistas que batem os recordes de chefias, tal não se verifica em Esposende.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO, RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE E O RELATÓRIO DE GESTÃO DO SIGQA, REFERENTES AO ANO DE 2011. MAIS DELIBEROU APROVAR O RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, PELO VALOR POSITIVO DE 698.699,31€ E QUE, O MESMO, SEJA APLICADO DA SEGUINTE FORMA:
EM RESERVAS LEGAIS 34.934,97€ (5%) E EM RESERVAS LIVRES 663.764,34€ (95%). -

Votaram a favor os 20 deputados do Grupo Político do PSD, os 3 deputados Independentes e os senhores José Felgueiras e Luís Peixoto, respectivamente, Presidentes de Junta de Esposende e Fão, num total de 25. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP. Votaram contra 4 deputados do Grupo Político do PS e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 5.

03.10 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2012 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL – REVISÃO ORÇAMENTAL – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 12 de Abril de 2012, solicita à Assembleia Municipal que aprove a revisão orçamental aos Documento Previsionais do ano de 2012 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. Fica arquivada cópia do mesma junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DE REVISÃO ORÇAMENTAL NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. -----

Votaram a favor os 20 deputados do Grupo Político do PSD, os 3 deputados Independentes e os senhores José Felgueiras e Luís Peixoto, respectivamente, Presidentes de Junta de Esposende e Fão, num total de 25. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 4. Votaram contra 4 deputados do Grupo Político do PS. -----

03.11 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL: _____

Interveio Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, referindo que lhe tem sido colocado, pela senhora Maria de Lurdes Vidal da Silva, múnicipe do concelho e residente na travessa das feiticeiras no lugar da Quinta Brava e freguesia de Palmeira de Faro, um problema que agora reporta à Assembleia e se prende com o facto do caminho de acesso à sua moradia é em determinados pontos muito apertado e que impede o acesso de veículos de emergência, até porque pelo facto do seu marido ter sido recentemente operado, tem necessitado que a ambulância se desloque à sua moradia mas que os bombeiros se recusam porque não conseguem passar. Referiu ainda que numa situação de um incêndio florestal a situação também se coloca. Terminando, referiu que a senhora em questão lhe referiu que por diversas vezes deu conta da situação à junta de freguesia e que gostaria de saber se a Câmara Municipal conhece a situação e se tem prevista alguma intervenção no local em concreto.

Seguidamente usou da palavra Jorge Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de Palmeira de Faro, que, referindo-se à intervenção do Deputado manuel Carvoeiro, disse o senhor Deputado poderia ter questionado a Junta de Freguesia e já teria tido a resposta ao problema. Disse ainda que a questão não é da competência da junta de freguesia porque o que está em causa é a pavimentação de 800 metros de caminho e a proprietária aquando da construção da moradia já sabia que dificilmente aquele caminho florestal seria pavimentado, porque efectivamente se trata de uma via com 3 mil metros quadrados e a Junta de Freguesia não tem condições financeiras para suportar tal despesa. Disse ainda que tem feita manutenção no caminho mas que, tal como referiu, a proprietária sabia das dificuldades que seria pavimentar o referido caminho, e que, mesmo assim decidiu construir naquele espaço.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia em exercício deu conta de uma Moção aprovada pela Junta de Freguesia de Apúlia e que se reporta à construção do Centro Escolar naquela freguesia e que se encontra disponível para consulta.

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito os senhores Luís Viana, António Soares, Pedro Meira e Manuel Melo, que usaram da palavra nos termos do Regimento. -----

Assim, no uso da palavra, o senhor Luís Viana saudou os órgãos autárquicos e o público em geral e seguidamente referiu-se à situação actual e sobre a proposta de agregação das freguesias, dizendo que neste momento está em causa o interesse das freguesias e não dos partidos políticos e que estão a tentar criar uma guerra entre as populações e que entende que Fão não deve ser agregada nem agregar nenhuma freguesia e que a população se deverá juntar numa manifestação para mostrar a sua indignação.

Seguidamente usou da palavra o senhor António Soares, referindo que se queria dirigir ao senhor Presidente da Câmara porque este fez algumas insinuações e que, por esse facto gostaria de esclarecer o assunto. Disse que é uma pessoa frontal e como tal teria que responder ao senhor Presidente da Câmara. Continuando, disse que o mandato do senhor Presidente é

legítimo e inequívoco porque na freguesia de Apúlia o senhor Presidente teve, na última votação, mil, duzentos e trinta e quatro votos mas que no abaixo-assinado apresentado se encontram 1300 assinaturas. Disse ainda que porque se está na hora limite para avançar ou não com a construção do Centro Educativo e estão aqui presentes algumas das pessoas que votaram no senhor Presidente e querem ouvir um sim ou um não sobre a construção do centro. Disse ainda que nos últimos quatro anos e enquanto Presidente da Associação de Pais da Escola do Facho não verificou qualquer investimento por parte da Câmara Municipal ao contrário da Associação de Pais que investiu mais de 30 mil euros naquela escola. Disse ainda que a escola do Facho é a melhor escola do concelho em termos humanos mas que ao mesmo tempo é a pior escola, até porque se encontram naquela escola 160 alunos e a Câmara fez centros escolares com menos alunos. Referiu também que não é problema dar cumprimento às condições que a Autarquia colocou para avançar com o processo do centro escolar porque a população de Apúlia quer aquele equipamento e cumpriu com o que lhe foi solicitado e que na petição apresentada não movimentações políticas.

Seguidamente usou da palavra o senhor Pedro Meira questionando o senhor Presidente da Câmara sobre como se estava a processar o processo dos agrupamentos de escolas no concelho. Continuando questionou ainda se não existe alternativa ao facto de na freguesia de Curvos depois de determinada hora se apagarem por completo as luzes da via pública e que esse facto, para além de outros, é um factor de insegurança na freguesia.

Usou da palavra o senhor Manuel Melo referindo que o senhor Presidente afirmou que perdeu muito tempo com mentiras mas vai ter que perder muito mais tempo porque de facto entraram na freguesia de Apúlia 200 metros de saneamento vindos da Póvoa de Varzim. Disse ainda que o senhor Presidente disse que havia politiquice na petição apresentada sobre a construção do Centro Escolar de Apúlia mas que a mesma petição também foi enviada à Câmara Municipal e o senhor Presidente nunca os recebeu. Referiu-se também a um outro abaixo-assinado que foi entregue na Autarquia mas que, em seu entender essas pessoas deviam ter vergonha por não o terem enviado à Junta de Apúlia ou à Assembleia de Freguesia. Terminando questionou o senhor Presidente sobre a agregação dos agrupamentos de escolas no concelho e se é uma imposição o agrupamento de Apúlia ser agregado com outro.

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara referindo que sobre o Centro Escolar de Apúlia não tinha mais a acrescentar.

Quanto à questão colocada pelo senhor Pedro Meira, disse que se irá realizar uma reunião entre a Câmara, as direcções dos Agrupamentos de Escolas e os Conselhos Gerais para se conseguir uma proposta de consenso a apresentar à DREN. Continuando e sobre a questão da iluminação na freguesia de Curvos havia duas soluções, nomeadamente uma redução de 30% na iluminação pública ou o apagão a partir de uma determinada hora e que em Curvos foi opção da Junta de Freguesia optar pelo apagão.

Sobre a intervenção do senhor Manuel Melo referiu que, pela forma como se dirigiu a esta Assembleia e que enquanto Presidente da Câmara, pelo respeito que os órgãos autárquicos merecem, não iria fazer qualquer comentário.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em

minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES. -----

---Sendo zero horas e quinze minutos, pelo Presidente da Mesa em exercício foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

Faz parte integrante desta acta o registo áudio da presente sessão e que se encontra em

arquivo na Câmara Municipal. -----

ACTA

N.º 02/2012

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
30 de Abril de 2012